

sessão de abertura  
ano letivo 2015/2016



## DISCURSO DO SECRETÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

Senhoras e Senhores Presidentes dos Conselhos Executivos e dos demais órgãos das escolas

Senhoras e Senhores Delegados Escolares,

Senhoras e senhores representantes dos Sindicatos dos Professores,

Senhoras e senhores representantes dos órgãos de comunicação social,

Senhores Diretores Regionais,

Caras e caros colegas professores,

Minhas senhoras e meus senhores,

Esta sessão tem por objeto a partilha de um conjunto de desafios e oportunidades que, no domínio da Educação, certamente marcarão o mandato do Governo Regional no período 2015-2019. Vamos fazê-la com enfoque na preparação e lançamento do ano letivo 2015-2016, que tem por base o trabalho produzido nos últimos quatro meses de efetividade de funções, isto é, desde que o programa de Governo foi aprovado na Assembleia Legislativa da Madeira.

Esta postura elucida claramente a importância que a escola ocupa no plano global das políticas governativas. O Governo tem procurado agir, neste domínio, em conformidade com aquelas que são as legítimas expectativas dos cidadãos, mantendo os compromissos assumidos no processo que conduziu ao mandato conferido pelas populações.

Ainda antes de nos debruçarmos sobre os tópicos que deram azo a este nosso encontro, seja-nos permitida uma referência especial. Caro Dr. António Pires, presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária de Francisco Franco, apresentamos-lhe publicamente o nosso reconhecimento pela forma como proporcionou a realização desta sessão.

Este reconhecimento, caro professor, não é feito apenas de palavras de circunstância ou o mero cumprimento de uma formalidade. Mais que isso, por ser justo, traduz um agradecimento pela sua ação em prol da escola que dirige, o mesmo é dizer em prol do ensino na Região.

Por isso mesmo, tornamo-lo extensivo a todos aqueles que desempenham, nesta e nas restantes escolas, funções da mesma natureza, certos de que poderíamos sempre contar com idêntica postura.

Esta sessão tem duas condições envolventes que gostaríamos de realçar.

A primeira prende-se com o facto de ser possível afirmar, com muita satisfação, que ontem ficou concluído o processo de colocação de professores, sendo-nos particularmente grato destacar que as necessidades de todas as escolas estão completamente cobertas e que não há nenhuma razão que impeça, no próximo dia 21, um início absolutamente normal do ano letivo em todos os estabelecimentos de ensino da Região.

A segunda condição tem a ver com o caráter inédito desta iniciativa. Tal circunstância, por si só, não tem nada de extraordinário e não é só o ineditismo da iniciativa que nos deve ocupar. O significado que ela comporta parece-nos bem mais relevante.

E que significado é esse?

Desde logo, estamos a falar da importância que reconhecemos no desempenho de todos e cada um dos convidados para a sessão. Se é verdade que a escola nunca pode dispensar o contributo de cada um dos seus intervenientes, porque de todos depende para alcançar o êxito que nela procuram os estudantes e as suas famílias, bem como a sociedade em geral, também é verdade que importa valorizar adequadamente aqueles que, como todos vós, assumem responsabilidades particulares em todo o processo.

Essa valorização tem hoje a forma de partilhar convosco, em espaço propositadamente projetado para o efeito, informação que, sendo crítica para a intervenção da tutela, certamente não deixará de o ser também para a intervenção de todas e cada uma das unidades de que se compõe o sistema educativo e de que sois os principais responsáveis.

Este é, isso sim, o primeiro passo num caminho que percorreremos juntos e em que não nos podemos ignorar em matéria de gestão de informação, na assunção das responsabilidades específicas de cada um dos 'caminhantes' e na definição dos espaços de cooperação que geram sinergias positivas e duradouras.

Por outro lado, e em consonância com o que atrás ficou dito, estamos fortemente convencidos que esta partilha contribui para que haja implicação organizacional entre quem tem hoje a responsabilidade da tutela e, por outro lado, quem se encontra mandatado com a responsabilidade de, no campo da ação concreta das escolas, operacionalizar as políticas públicas de Educação.

Essa implicação organizacional não significa ausência de debate entre perspetivas diferentes, ou redução do valor da crítica fundamentada e construtiva. Afinal, ainda que possamos ter maneiras diferenciadas de o percorrer, a verdade é que estamos todos no mesmo caminho. Acreditamos que, tanto as dificuldades que nos rodeiam como as potencialidades existentes, terão um enquadramento mais apropriado se o domínio da informação disponível for usado no sentido da elevação do nível de resposta do sistema educativo.

Assim, da tutela a cada um dos responsáveis pelas escolas, dos professores aos pais e encarregados de educação, dos elementos que compõem os conselhos das comunidades educativas aos representantes da classe docente, todos poderão basear o seu desempenho também no uso adequado da informação disponível.

Finalmente, acreditamos que a importância desta iniciativa está relacionada com a possibilidade de elevar o nível de responsabilidade de todos e cada um de nós. Tal elevação afigura-se tão desejável como necessária para determinar a inversão dos indicadores menos positivos que, tendo uma expressão óbvia e direta em cada escola, tem uma dimensão relevante no plano da Educação em geral.

Afinal, cada aluno que não obtém sucesso na sua escola não é apenas um problema nessa escola e na sua família. Bem pelo contrário, é mais um problema no sistema em geral e, potencialmente, mais um problema que

a sociedade em que nos integramos terá de considerar ao longo de períodos mais longos do que à primeira vista pode parecer.

Nesta medida e pelas circunstâncias que adiante sublinharemos, a nossa orientação deve ser não deixar perder nenhum dos alunos que até nós chegam, cabendo-nos combinar com mestria o princípio democrático da igualdade de acesso com o princípio do direito à diferença.

Sublinhadas as razões da importância deste nosso encontro, realçamos que nos voltaremos a encontrar em situações idênticas, assentes na firme crença de que a valorização da importância dos professores passa pela partilha que hoje aqui iniciamos.

É comumente aceite que o sistema educativo da Região Autónoma da Madeira apresenta um conjunto de características que, sem o diferenciarem nos aspetos essenciais do sistema educativo nacional, precisam ser tomadas em linha de conta, designadamente por quem tem a missão de nele intervir aos mais diversos níveis.

A estrutura curricular é a vertente central da proximidade ao sistema nacional. É através dela que continuamos a obter os referenciais decisivos para o processo de formação e avaliação de alunos e instituições. É também através dela que validamos parte dos conhecimentos que enformam uma cultura e os valores próprios de uma nação que, sublinhemos, apesar de dimensionada no espaço insular há menos de seis séculos, é das mais antigas e consistentes do espaço europeu.

Nesta proximidade com o sistema educativo nacional, parece-nos adequado ter-se presente a fórmula que sustenta a Autonomia da Educação. Desde a instauração do regime autonómico, a Educação tem consumido sempre um valor entre 20 a 25% do orçamento regional e aproximadamente 40% do total das verbas desses mesmos orçamentos destinadas às designadas funções sociais. Indubitavelmente, trata-se de um esforço financeiro muito considerável.

Em termos gerais, a Região dispõe de um parque escolar bem dimensionado para as necessidades determinadas pela procura. A carência de intervenções em algumas unidades é indesmentível e, em alguns casos, mais urgente que o prazo em que contamos ter disponibilidade para as poder efetivar.

Esta realidade é complementada, digamo-lo igualmente, pela existência de unidades modernas e exemplares, em todos os ciclos de ensino, as quais, quando numericamente comparadas com as que carecem de intervenções, são em número superior e encontram-se harmoniosamente distribuídas pelo espaço territorial da Região.

Portanto, não nos parece descabido afirmar que as condições infraestruturais deixaram de ser uma variável com peso significativo no desenvolvimento do processo global de ensino-aprendizagem.

Os casos das escolas do Porto Santo e da Ribeira Brava, constituindo exceção a este panorama, fazem parte dos compromissos assumidos junto da população pelo Governo Regional e serão concretizados nos prazos estabelecidos.

Por outro lado, em termos de recursos humanos, nem sempre é tomado em linha de conta que a Região dispõe de um quadro docente estável, experiente, com provas dadas. Cerca de 90% das necessidades efetivas estão cobertas por professores com vínculo por tempo indeterminado, o que representa um potencial muito considerável para aproximar o desempenho do sistema educativo a uma matriz de qualidade elevada.

Retomando a caracterização geral do nosso sistema de ensino, consideremos ainda o facto de operarmos numa região cujas características nos conferem uma dimensão modelo. A proximidade geográfica, a amenidade climática, a consistência sociocultural e as expectativas da generalidade dos cidadãos sobre a relevância da educação e da formação, criam contextos favorecedores da otimização da nossa intervenção e de geração de sinergias mais efetivas.

Todavia, não devemos perder de vista que toda a ação desenvolvida no sistema educativo está condicionada por cenários diversos que o afetam potencialmente.

O primeiro desses cenários, que exige uma profunda reflexão, é o das mutações demográficas. Todos os indicadores disponíveis evidenciam claramente que estamos, na Região como no país, na Europa e na generalidade dos países à escala global, perante um fenómeno de envelhecimento demográfico.

A primeira das implicações desse fenómeno na escola resulta de se tratar de um envelhecimento com dupla característica. Isto é, por um lado, o número de pessoas que ainda são consideradas idosas por terem 65 anos ou mais, está a aumentar significativamente, tornando esse grupo etário aquele que mais cresce percentualmente.

Por outro lado, estamos perante um envelhecimento na base da estrutura demográfica. Cada vez nascem menos indivíduos e o grupo etário dos 0 aos 14 anos é aquele que menos cresce percentualmente. As consequências desta realidade sobre o sistema educativo são hoje significativas e serão, num prazo mais curto do que seria desejável, dramáticas.

A título de exemplo, no ano letivo 2005-2006, o sistema educativo integrava cerca de 57 500 alunos; no ano letivo transato, esse número ronda os 50 mil. No ano letivo que se inicia na próxima semana, teremos cerca de 48 mil alunos. E as estimativas apontam para que dentro de quatro anos, esse número terá baixado para 40 mil.

Numa equação simples, que não simplista, poderíamos traduzir essas estimativas da seguinte forma: para menos indivíduos em idade escolar, precisaremos necessariamente de menos professores e de menos escolas. Se tal efeito é óbvio, interessa então que antecipemos com realismo quais as consequências no sistema de ensino público e privado destas reduções, procurando respostas para perguntas, designadamente: como manter em funcionamento escolas públicas nos casos em que há turmas irrelevantes do ponto de vista numérico e como manter uma rede de escolas profissionais de formação profissional. Estas e outras questões vão precisar de respostas urgentes, que ultrapassem as medidas que já foram adotadas para este ano letivo.

As medidas transitórias que possam atenuar as consequências das mutações demográficas não se afiguram suficientes para que o sistema educativo reaja eficazmente a essa realidade. O mais elementar bom senso recomenda vivamente que aprendamos a lidar com tal situação, tanto na lógica da máxima manutenção do atual

dispositivo profissional afeto ao sistema escolar, como na gestão criativa dos espaços que compõem o parque escolar regional e na criação de projetos alternativos que viabilizem a manutenção das estruturas e a rendibilização dos recursos disponíveis.

Aliás, a ‘recarga’ do sistema educativo, isto é, o aporte de novos alunos em cada ano, quando cruzado com a saída daqueles que vão terminando o ciclo de estudos do ensino obrigatório, indica claramente que, a prazo, teremos, além dos constrangimentos em termos de gestão dos recursos humanos, uma situação potencial de menos encargos noutras rubricas, circunstância que permite equacionar se estas condições permitirão trabalhar com mais qualidade, logo com resultados potencialmente mais satisfatórios.

Se administrar bem corresponde a gerir com parcimónia e rigor os recursos disponíveis, sem que tal conduza ao estrangulamento do estado social, então precisamos não só de adotar tais princípios, como, sobretudo, de assegurar que as políticas desenvolvidas são sustentáveis, isto é, têm o condão de não comprometer os direitos das gerações futuras.

Tenhamos ainda em consideração que a escola vive fortemente condicionada pelas dificuldades em responder ao impacto das novas tecnologias da informação no processo de ensino-aprendizagem e, até, no processo de validação de competências.

Essas novas tecnologias vêm tornando possível que os estudantes encontrem, com pertinência e rapidez crescentes, novas fontes de informação, novos meios de aquisição de conhecimentos, outras possibilidades de validação de competências, retirando à escola um monopólio que, até há algumas décadas, só era disputado pelas tradições culturais e pela implicação familiar.

Mas, convenhamos para que não sobrem dúvidas: o papel do professor permanece absolutamente incontornável. Sofrendo naturalmente com as implicações decorrentes das alterações do contexto e com a possibilidade limitada de atualizarem eficazmente os meios tecnológicos de que carecem, não se concebe que as escolas, por muitos recursos que pudessem dispor, pudessem dispensar a pedra-basilar do sistema – o professor.

É claro que todas estas circunstâncias criam novos desafios profissionais, exigem novas metodologias de trabalho, carecem de soluções formativas que confirmem competências inovadoras.

Entendemos oportuno que, aqui e agora, esta reflexão fosse partilhada, na certeza de que, não havendo respostas simples para problemas tão complexos, a análise, o estudo e a projeção de soluções que em conjunto possamos produzir, terão o condão de abrir novos trilhos, enquadramentos distintos e possibilidades inovadoras de respostas, sempre com a convicção de que não haverá uma única resposta, fechada e certa, como se fosse a varinha de condão do sistema educativo.

Prestados os agradecimentos que se justificavam, explanada a importância que atribuímos a este encontro, caracterizada globalmente a situação do ensino regional e expostos os cenários em que a escola se dimensiona, seria completamente despropositado que saíssemos daqui com a ideia de que não existem possibilidades de intervenção que permitam enfrentar os desafios que temos pela frente.

Neste particular, tenhamos consciência que a enunciação das problemáticas, servindo para delas termos consciência, deverão servir sobretudo para definirmos estratégias que as enfrentem cabalmente.

Estamos certos que a vasta experiência, competência e dedicação de todos quantos aqui se encontram, tal qual acontece nas instituições que aqui representam, constituirão a base dessas estratégias, fundadas no âmbito da autonomia das escolas e de acordo com a intervenção específica que a cada um de vós compete. Aliás, os postulados da autonomia e da diversidade estão no centro do sistema educativo.

Essa situação não obsta a que, no plano da intervenção governativa, possamos e devamos definir metas globais, que confirmem um carácter integrador às intervenções que a cada escola compete definir e implementar. Tais metas são bem claras e objetivas. Em cada um dos anos letivos que constituem o nosso mandato, pretendemos aumentar o número de casos de sucesso, diminuir o número de casos de abandono precoce e combater os focos de indisciplina.

Aumentar o número de casos de sucesso em cada escola, significa, objetivamente, que os alunos atinjam resultados que lhes permita um percurso normal nos diversos ciclos de ensino, diminuindo progressivamente o número de repetências, sem cair no facilitismo de ir 'empurrando os problemas para a frente' até não terem solução; pelo contrário, precisamos do reforço da intervenção pedagógica qualificada, mas também de mais empenho de alunos e de maior compromisso das famílias; obviamente, também precisamos monitorizar em tempo útil os indicadores apropriados, de modo a sabermos como introduzir elementos reparadores.

No que respeita ao abandono precoce, estamos crentes que a elevação do número de casos de sucesso será a condição decisiva para que nesta meta se alcancem resultados positivos; mas também sabemos que, muitas vezes, combater o abandono exige adaptar a oferta formativa a níveis de desempenho distintos e a motivações e expectativas de futuros desempenhos profissionais diferenciados; em todas estas vertentes procurámos até agora intervir, com um esforço organizativo que foi apenas condicionado pelo curto período que temos de exercícios de funções.

Quanto ao combate à indisciplina, embora também fortemente decorrente da melhoria dos resultados alcançados nas metas anteriores, o certo é que a sua expressão é sempre uma fonte de perturbação da escola, que precisa ser combatida e delimitada a casos residuais. Neste particular, preocupa-nos mais o carácter agudo de situações detetadas que propriamente a extensão do fenómeno, mas tal circunstância não invalida a absoluta necessidade de intervir de modo eficaz nesta área.

Estamos em crer que todos concordarão com as metas apresentadas. E acreditamos igualmente que todos concordarão com a possibilidade de acrescentar valor à ação desenvolvida no seu espaço concreto de intervenção, objetivando o alcance de sucesso em cada um daqueles desideratos.

Nesse sentido, no processo de preparação do ano letivo que se inicia dentro de uma semana, envolvemo-nos e enquadrarmo-nos, com entusiasmo, na elaboração de propostas inovadoras, transformadas em projetos de diferente natureza, visando o alcance de progressos concretos nas metas atrás referenciadas.

Tal enquadramento teve por base uma visão partilhada de responsabilidades e acarretou esforços administrativos que resultaram em constituição líquida de emprego, designadamente ao nível do suporte de diversos projetos pedagógicos. Temos, nessa medida, a noção de dever cumprido, pois tudo o que projetámos fez-se com sujeição ao interesse último dos alunos, que são a razão principal da atividade de todos e cada um de nós.

Mais: seria falsa modéstia não sublinhar que resistimos à tendência para deixar tudo na mesma, ao hábito de fingir preocupações que não se combatem, à atitude de ignorar evidências que de tão exageradas quase cegam, ou mais simplesmente à tendência para preferir o imobilismo que resulta do temor de assumir responsabilidades.

A discussão que nos interessa sobre esta matéria convoca o argumento para o lugar da falácia, a pro-atividade para o lugar da reatividade, e a seriedade para o lugar da falsidade.

Na busca das melhores condições para que as escolas possam estar centradas na sua missão fundamental, temos vindo a trabalhar também no projeto de reduzir a carga burocrático-administrativa que impende sobre elas, impossibilitando ganhos de escala, sempre relevantes.

Sendo admissível um consenso muito alargado em tais matérias, vamos começar a implementar os passos seguintes, tendo por base dois pressupostos: é preciso anular a entropia gerada pelo atual sistema burocrático-administrativo, dependente em excesso de normas pouco claras, procedimentos nem sempre simplificados e responsabilidades demasiado esbatidas; é preciso igualmente eliminar as ineficiências dos modelos organizativos e de gestão, procurando libertar tempo e espaço para que o âmago da intervenção das escolas não se afaste dos processos educativos e formativos propriamente ditos.

Todos sabemos que as boas práticas são um fator de economia. Mas a sua implementação não dependerá só da nossa vontade. Cada escola terá, no âmbito da sua autonomia, de assumir as opções que melhor entender servirem os alunos e as suas famílias, bem como as comunidades em que se inserem.

Permitam-nos ainda que, no âmbito das intervenções a implementar, destaque a revisão do processo de avaliação do desempenho docente, em ordem a, por um lado, simplificar e desburocratizar os procedimentos, e por outro conferir uma relação mais sólida entre o desempenho avaliado e os resultados finais, traduzidos em melhoria efetiva da prestação do professor, do rendimento dos alunos e da *performance* das escolas.

Saúdo os representantes das associações de pais e encarregados de educação. Se há estratégia pela qual nos bateremos é a do aumento da cumplicidade entre as famílias e a escola. Temos de ultrapassar a tendência dessa relação se efetivar apenas em situações limite. Neste sentido, somos claramente partidários que os diretores de turma tenham um desempenho que eleve o nível de conhecimento com os pais e encarregados de educação, consolidando uma relação que precisa de novas dinâmicas, favorecedoras de um relacionamento profícuo.

Ainda neste capítulo gostaria de sublinhar que é nosso entender que o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos requer novas soluções, tanto no âmbito dessa relação dos pais e encarregados de educação com a escola, como na busca de enquadramentos técnico-pedagógicos que permitam responder aos desafios de educação e formação de alunos, cuja multiplicidade de interesses e motivações aumentou pelo simples facto de estarmos perante um número superior de indivíduos que acedem ao ensino secundário.

Neste particular, olhamos com esperança para modelos de intervenção que impliquem significativamente a ponderação das famílias na definição dos percursos de educação e formação dos seus educandos, como de resto já vem acontecendo.

Saúdo vivamente os representantes dos sindicatos. A vossa atividade desenvolve-se, seja-me permitida a imagem, em diversos palcos, sendo certo que, se em alguns deles estamos em processos negociais complexos, noutros somos parceiros da mesma caminhada.

O exemplo concreto da formação desenvolvida pelos vossos centros especializados, de que aguardamos uma estratégia que conduza ao desenvolvimento e reforço de novas competências dos vossos associados, é apenas um exemplo do campo cooperativo que podemos e devemos percorrer.

Por outro lado, o profundo conhecimento das condições de desempenho profissional, detido por todos vós, pode e deve constituir uma base de referência para a adoção de medidas que, sem prejuízo do devido enquadramento legal e salvaguardados os interesses da escola e dos alunos, ajudem a melhorar a atividade docente.

Quero igualmente deixar uma palavra de apreço aos demais convidados que, desempenhando funções de mais diversa natureza no sistema educativo, contribuem de modo significativo para a escola que temos de transformar positivamente. Obrigado por terem vindo.

Gostaríamos ainda de apresentar as nossas expectativas sobre o papel da comunicação social na relação com o sistema educativo. A imagem do Professor (com letra grande), a importância da Escola (também com letra grande) e o papel que ambos ocupam no desenho do Futuro (de novo com letra grande) dos jovens madeirenses, reclamam uma atitude informativa especializada, capaz de produzir matéria crítica que ultrapasse os problemas basilares, para se situar num plano de qualidade que todos exigem ao sistema educativo.

Sobretudo, reputamos de vital importância que a informação prestada aos cidadãos pela via da comunicação social constitua mais um fator de valorização do sistema educativo, agitando a consciência social sobre a efetiva importância da escola, num mundo que mudou e que, precisamente por isso, coloca novas exigências na preparação do futuro das novas gerações.

Não ambicionamos, neste campo, silêncios comprometedores, nem solicitamos apagamentos despropositados. O papel da comunicação social é mediar, com pertinência, entre o espaço privado e o espaço público. Mas essa mediação não deve valorizar exclusivamente a adversidade, o desencanto, a falha e o insucesso, e escamotear as boas práticas, os exemplos positivos, as dedicações modelares e os casos de sucesso.

Vivemos tempos distintos daqueles em que a escola tradicional foi fundada e se desenvolveu. Vivemos tempos distintos daqueles em que cada um de nós foi estudante. A sociedade transformou-se e tal transformação implicou, no processo de decisão sobre a 'coisa pública', um ambiente de *governance*.

Este assenta na interação de atores e interesses diferenciados, mas apesar disso parceiros num mundo relacional desenvolvido e suportado em rede, em que a partilha suplanta a imposição, a integração de perspetivas prevalece sobre o conflito, e a cooperação e o desenvolvimento de sinergias se apresentam mais valorosos que o mero exercício de poderes, sejam eles declarados ou ocultos.

A Educação é um dos principais motores de desenvolvimento social e económico, contribuindo decisivamente para o progresso que a generalidade dos cidadãos legitimamente ambiciona.

Assim, impõe-se que um bom sistema educativo seja capaz de oferecer aos alunos e às suas famílias, respostas formativas diversificadas, de modo a que, completado que esteja o ciclo de estudos, o investimento em Educação se transforme em fator de intervenção social e em promoção de desenvolvimento e progresso económico.

A evolução das sociedades industriais em sociedades do conhecimento, e destas em sociedades da criatividade, torna inadiável que ousemos percorrer o caminho da inovação, recusando modelos que, por serem sempre usados da mesma maneira, conduziram a resultados sempre iguais.

Tal visão exige que o sistema de ensino assente em pilares de elevadas expectativas, de compromisso e cumplicidade entre todos os intervenientes, dê mais enfoque aos processos de ensino-aprendizagem como meios de alcançar resultados mais positivos, num ambiente em que a permanência na escola, sendo desafiante, participada e disciplinada, seja também prazerosa.

O futuro constrói-se com a ação de cada dia. Nenhum de nós está obrigado a dar mais que o seu melhor para que o futuro dos nossos alunos seja o que eles merecem, enquanto indivíduos que, inevitavelmente, serão nesse futuro muito do que a escola tiver sido capaz de lhes proporcionar.

No próximo dia 21 completam-se cinco meses sob a tomada de posse do governo. Foram cinco meses de trabalho intenso da secretaria que dirijo, consubstanciado no levantamento das realidades, na reestruturação da rede escolar, no enquadramento de novos projetos nas escolas, na sinalização de ineficiências organizativas e de gestão que passaram a ocupar espaço na nossa agenda.

Nessa perspetiva, o ano letivo que está prestes a iniciar-se pode ser considerado um ano de transição, pois as medidas já adotadas são uma pequena parte do conjunto de melhorias que acreditamos ser possível introduzir no sistema educativo.

Esforçámo-nos, até agora, por conhecer bem para decidir melhor; manteremos essa atitude, evitando meter a cabeça na areia ou realizar uma navegação à vista. Permitam-me enfatizar que tal só será possível com o empenho de todos. As reformas que o sistema necessita só se podem concretizar com trabalho conjunto. Temos uma expectativa muito grande nas possibilidades que se abrem nesse campo, pois acreditamos que, a partir do conhecimento que cada um tem sobre a sua realidade, serão encontradas as melhores soluções.

Essas soluções serão sempre validadas no plano local, pois temos em cada caso realidades distintas. Nesta medida, mais que erigir um modelo global, pretensamente válido para todas as circunstâncias, temos de saber construir o sucesso à medida de cada uma das unidades que compõem o sistema educativo regional.

Em síntese, se a definição das metas está assumida e é clara, os objetivos e as estratégias que lhes darão sentido e forma dependem de um plano de intervenção que, sem prejuízo da interação com a tutela e até com outras unidades, ganha plena consistência no espaço local.

Nesta lógica, que conjuga da melhor forma o enquadramento legal em matéria de autonomia das escolas com as competências dos recursos humanos a ela afetos, importa não perder de vista a relevância da monitorização dos resultados que forem sendo alcançados.

A tutela disporá, assim, de informação que permitirá ponderar tanto a adoção de elementos corretores, como a partilha de práticas que, pela sua pertinência, não poderão ficar reduzidas a um único contexto.

Minhas senhoras e meus senhores,

Assumimos hoje, aqui, uma nova postura de relação da tutela com os diversos atores implicados no sistema educativo. Obviamente não temos a pretensão de que esse espaço de partilha se esgote nesta sessão, nem julgamos que a forma e conteúdo hoje adotados sejam um modelo fechado para materializarmos a interação desejada.

Esta foi a primeira, mas também a última vez que a sessão de abertura do ano letivo teve esta forma. Nos próximos anos letivos contaremos com mais intervenções, tradutoras das realidades que nos rodeiam e que queremos transformar positivamente.

Resta-nos formular, por intermédio dos responsáveis pela gestão das escolas aqui presentes, os votos de que o próximo ano letivo decorra a todos os professores da melhor maneira possível.

Agradecemos o empenho de todos para que no próximo dia 21, tudo se conjugue numa receção calorosa e promissora dos alunos em todas as escolas.

Agradecemos a vossa presença e a atenção que nos dispensaram.

Muito obrigado